

O ACORDO DE MECA E O XADREZ DE ANCARA: O QUE A AUSÊNCIA DO EGITO REVELA SOBRE A NOVA ARQUITETURA DE SEGURANÇA DO ORIENTE MÉDIO



Enquanto Ancara transforma o Acordo de Meca em plataforma de projeção regional, o Cairo preserva autonomia: sua cadeira vazia expõe os limites de uma aliança que é mais sinal político do que compromisso militar.

Marco Antonio de Freitas Coutinho*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

INTRODUÇÃO

Em 7 de agosto de 2026, no Palácio Al-Safa, em Meca, os presidentes Recep Tayyip Erdogan e Shehbaz Sharif e o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman assinaram o Acordo de Defesa Conjunta de Meca (MJDA, *Makkah Joint Defence Agreement*), um pacto que declara que um ataque armado contra um dos três signatários será tratado como ataque contra todos, em cláusula análoga ao Artigo 5 da OTAN (TÜRKİYE TODAY, 2026; MEPEI, 2026).

A cerimônia foi a culminância de quase três anos de conversas, mas a foto oficial revelou uma ausência que não foi acaso: o Egito, quarto membro do time de mediação que conduziu a desescalada da guerra liderada pelos Estados Unidos contra o Irã, não estava lá. E não foi por

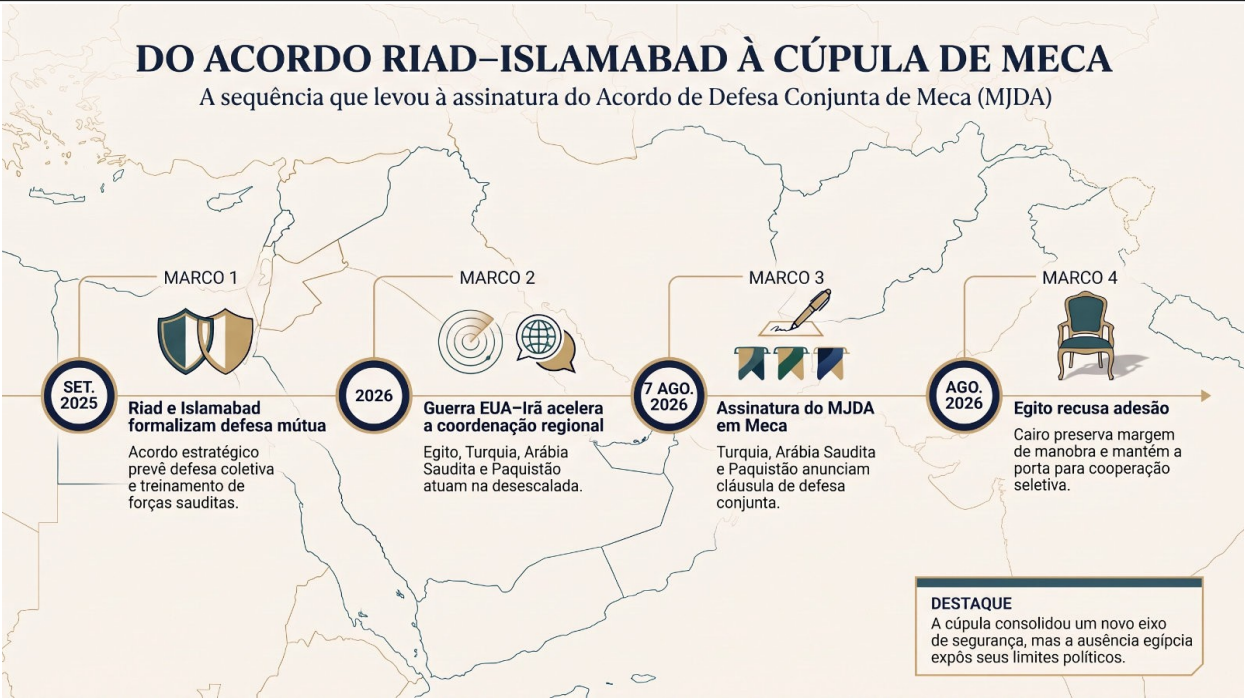
falta de convite.

A imprensa egípcia *Mada Masr* revelou que o Cairo foi formalmente convidado a integrar a coalizão e recusou (MADA MASR, 2026). A recusa, em si, já é informação estratégica de primeira ordem. Mas o mais revelador é o conjunto de razões declaradas por autoridades egípcias, diplomatas e fontes dos países signatários: o Egito não quis aderir a um “*bloco político de autoria saudita*” que pudesse restringir sua capacidade de manobra regional (TÜRKİYE TODAY, 2026). Este ensaio examina os vetores dessa decisão, a natureza real do pacto, o interesse geopolítico da Turquia na arquitetura que emerge e o que a cadeira vazia de Meca diz sobre a ordem regional em formação.

DESENVOLVIMENTO

O PACTO E SEU CONTEXTO

O MJDA não nasceu do vácuo. Ele se apoiou no Acordo Estratégico de Defesa Mútua assinado por Riad e Islamabad em setembro de 2025, que já formalizava defesa coletiva e treinamento de forças sauditas por militares paquistaneses (MEPEI, 2026). A guerra EUA-Irã, na qual Teerã lançou enxames de drones e mísseis contra instalações militares e energéticas dos países árabes do Golfo, serviu de catalisador para que quatro potências de mediação, Egito, Turquia, Arábia Saudita e Paquistão, coordenassem esforços de desescalada (MADA MASR, 2026). O pacto assinado em Meca prevê comitês ministeriais, políticos e militares, secretariado permanente na Arábia Saudita, exercícios conjuntos e cooperação na indústria de defesa (TÜRKİYE TODAY, 2026).



De setembro de 2025 à cúpula de Meca, em agosto de 2026, a crise regional acelerou a convergência entre Riad, Islamabad e Ancara. A recusa egípcia, contudo, evidenciou os limites políticos do novo pacto.

O chanceler turco Hakan Fidan descreveu o mecanismo como tecnicamente similar ao Artigo 5 da OTAN, mas o próprio governo turco tratou de baixar o tom: o pacto seria defensivo, complementar a alianças existentes e não visaria o Irã (TÜRKİYE TODAY, 2026). Fidan disse esperar que o Egito aderisse na próxima etapa: *“O Egito já é nosso parceiro natural em todas as questões. Acredito que, na próxima etapa, o Egito também estará entre nós na aliança. Há algumas questões técnicas”* (MADA MASR, 2026, tradução nossa).

UMA AUSÊNCIA CALCULADA, NÃO UM VETO

A leitura apressada diria que o Egito ficou de fora por questões de calendário, uma trilha que avançou mais devagar que as outras (ALHURRA *apud* MEPEI, 2026). Essa leitura é apenas parcial. Como observa a análise do MEPEI, um tratado tão vagamente redigido custa pouco para assinar, o que torna a hesitação do Cairo notável e não incidental (MEPEI, 2026).

O cálculo egípcio difere do dos outros três signatários em pontos estruturais. O Egito mantém relação normalizada com Israel, construída sobre os Acordos de Camp David, que um bloco sunita percebido como sombra de confronto com o Irã complicaria (MEPEI, 2026). Seu exército é orientado ao Sinai, ao Canal de Suez e à fronteira sul, e não a desdobramentos expedicionários no Golfo (MEPEI, 2026). E sua relação com Ancara, apenas recentemente normalizada após uma década de ruptura sobre a Irmandade Muçulmana e a Líbia, ainda carrega sensibilidade (MEPEI, 2026).

OS VETORES DA RECUSA

As fontes convergem em cinco eixos que explicam a decisão do Cairo.

Primeiro, Israel. Fontes em Ancara disseram ao *Middle East Eye* que a decisão egípcia foi primordialmente dirigida pela relação sensível com Tel Aviv. Como aliado dos EUA, vizinho de Israel e país árabe com relações diplomáticas plenas com o Estado judeu, o Egito precisa administrar com cuidado esse engajamento (SOYLU, 2026). Um oficial turco expressou frustração: *“Estamos tentando manter egípcios e sauditas nesta plataforma, enquanto os israelenses tentam constantemente intimidá-los”* (SOYLU, 2026, tradução nossa). O Egito não quer assinar um compromisso formal que possa ser lido, em Jerusalém, como adesão a um eixo antagônico.

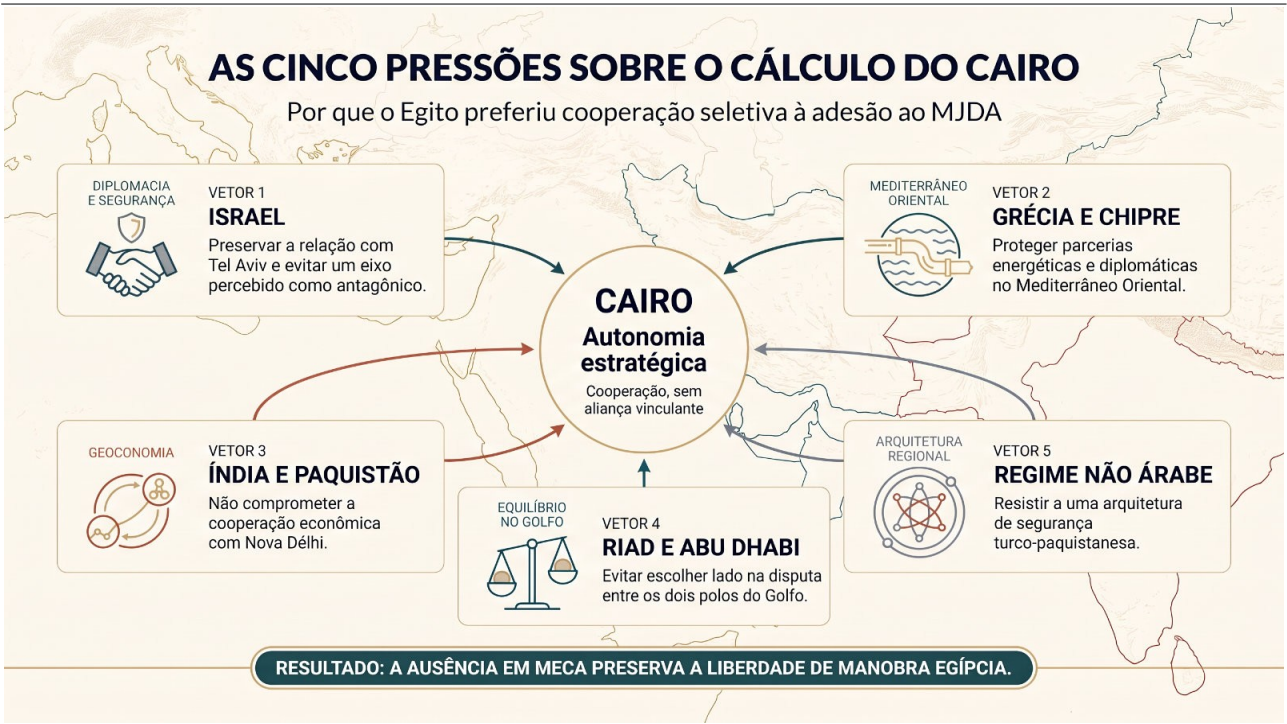
Segundo, Grécia e Chipre. Um pacto militar com a Turquia complicaria os vínculos estratégicos do Cairo com Atenas e Nicósia, incluindo a parceria energética no Mediterrâneo Oriental que o Egito vem consolidando (MADA MASR, 2026). A escolha por Meca teria custo direto sobre a frente mediterrânea.

Terceiro, Índia e Paquistão. O Egito está em negociações para avançar a cooperação econômica com Nova Délhi, buscando inclusive novos fabricantes indianos para desenvolver produção local (MADA MASR, 2026). Adesão a um pacto que inclui Islamabad, rival nuclear de Nova Délhi,

seria contraditória com essa trajetória.

Quarto, a disputa Riad e Abu Dhabi. O Egito se recusa a escolher lado na crescente tensão entre a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos. Riad pode querer arregimentar países para longe dos Emirados, que desafiam sua liderança regional tradicional, mas o Cairo mantém contatos com todas as linhas de falha e não pode arcar com o custo de alienar Abu Dhabi, que é mais pródigo em investimentos no Egito (MADA MASR, 2026). A recusa dá ao Cairo espaço de respiro (SOYLU, 2026).

Quinto, o caráter não árabe do arranjo. Uma autoridade egípcia foi direta: “O Egito não é a favor de ser parte de um regime de segurança não árabe” (MADA MASR, 2026, tradução nossa). O Cairo vê com hesitação o regime “essencialmente muçulmano, não árabe” que turcos e paquistaneses discutem, e prefere o enquadramento do Acordo de Defesa Árabe Conjunto, do qual já é signatário, para qualquer demanda saudita (MADA MASR, 2026).



Os cinco vetores mostram que a recusa egípcia excede a dimensão militar: ela preserva relações diplomáticas, parcerias econômicas e autonomia decisória diante de alianças concorrentes.

O QUE A TURQUIA VIU EM MECA

Se o Egito recuou, a Turquia foi a signatária que mais ganhou com a cerimônia de Meca, e é impossível entender o pacto sem examinar o cálculo de Ancara.

Para os analistas do *Atlantic Council*, o MJDA representa um ponto de inflexão na ordem multipolar emergente do Oriente Médio e do Sul da Ásia (ATLANTIC COUNCIL, 2026). Para Ancara, o acordo amplia um guarda-chuva já aberto a aliados no Catar, na Síria e na Líbia, adicionando densidade e recursos massivos ao que equivale a um mecanismo de defesa coletiva

muçulmana (ATLANTIC COUNCIL, 2026).

O interesse turco opera em pelo menos quatro planos. No plano da dissuasão, ao incorporar ao seu time um gigante econômico, a Arábia Saudita, e uma potência nuclear, o Paquistão, a Turquia reforça fortemente a dissuasão contra Israel, um vizinho cujos líderes falam cada vez mais abertamente de inimizade e de potencial conflito com Ancara (ATLANTIC COUNCIL, 2026). No plano doutrinário, o pacto operacionaliza o princípio de que potências externas não devem derrubar ou revisar unilateralmente ordens políticas regionais, princípio de *status quo* que os três signatários abraçam (ATLANTIC COUNCIL, 2026). No plano econômico, a indústria de defesa turca, exportadora de drones e sistemas de defesa aérea, se beneficia de oportunidades comerciais expandidas no Golfo (ATLANTIC COUNCIL, 2026). E no plano geoeconômico, o acordo afirma o lugar da Turquia nas redes de energia e comércio entre a Índia e a Europa, porque parcerias de defesa reforçam e se retroalimentam com laços comerciais (ATLANTIC COUNCIL, 2026).



Ao somar peso econômico saudita e capacidade nuclear paquistanesa, Ancara converte a assinatura em dissuasão, mercado para sua indústria de defesa e credencial de potência ordenadora.

Há ainda um fator conjuntural. Na esteira do ataque aéreo israelense a Doha no ano anterior, países da região passaram a considerar a necessidade de defesa aérea coletiva e outras medidas de segurança contra o Irã e contra Israel (ATLANTIC COUNCIL, 2026). A Turquia, com uma das maiores forças aéreas da OTAN e um complexo industrial de defesa em rápida expansão, se apresenta como provedor natural desse tipo de capacidade.

Erdogan tratou de sinalizar a ambição expansiva do projeto. Em mensagem nas redes sociais após a assinatura, o presidente turco afirmou que a implementação do acordo poderia incluir projetos conjuntos na indústria de defesa e operações de contraterrorismo (THE NEW YORK

TIMES, 2026), e declarou que o pacto “*não tem como alvo nenhum país*” (DAILY SABAH, 2026, tradução nossa). O chanceler Fidan foi além, ao dizer que a visão de Erdogan era a de que a iniciativa não permanecesse limitada a três países e se expandisse ao longo do tempo (TÜRKİYE TODAY, 2026).

A Turquia não assinou Meca apenas para defender Riad ou Islamabad: assinou para se credenciar como arquiteta da nova arquitetura de segurança regional, com o Egito como peça ainda não conquistada do tabuleiro.

UM PACTO QUE É MAIS SINAL DO QUE ALIANÇA

O pacto não é um análogo da OTAN, e tratá-lo como tal superestima tanto sua força vinculante quanto sua novidade (MEPEI, 2026)

A análise mais lúcida do MJDA vem do *think tank* *Middle East Political and Economic Institute* (MEPEI): o pacto não é um análogo da OTAN, e tratá-lo como tal superestima tanto sua força vinculante quanto sua novidade (MEPEI, 2026). É mais um sinal político formalizado do que uma aliança militar com dentes.

A vagueza do texto não é desleixo de redação, é o ponto. Uma cláusula de defesa mútua precisamente redigida forçaria cada governo a comprometer tropas ou material em conflitos que não escolheu; uma cláusula imprecisa permite declarar solidariedade mantendo a opção de fazer muito pouco (MEPEI, 2026). Isso explica por que os três assinaram em poucos meses, enquanto o Egito, com todo o interesse declarado na segurança do Golfo e do Mar Vermelho, preferiu não assinar um documento de custo tão baixo no papel (MEPEI, 2026).

A questão nuclear adensa a ambiguidade. O Paquistão detém o único arsenal nuclear do mundo muçulmano, estimado em cerca de 170 ogivas, e sua inclusão no pacto levanta a questão da dissuasão estendida para a Arábia Saudita (MEPEI, 2026). Nada no acordo diz isso explicitamente, e um alto funcionário saudita, pressionado sobre se o reino poderia contar com cobertura nuclear, não foi além de chamar o acordo de “*abrangente*” e cobrir “*todos os meios militares*” (MEPEI, 2026). Riad parece satisfeita em deixar a ambiguidade fazer o trabalho de dissuasão contra o Irã, sem nunca precisar testar se Islamabad honraria o compromisso (MEPEI, 2026).

A analista Yasmine Farouk, do *International Crisis Group*, oferece o contraponto essencial: “*Esses países são todos parceiros dos EUA e reconhecem que não há arcabouço que possa substituir os Estados Unidos*” (AL JAZEERA, 2026, tradução nossa). Para os países do Golfo, o ator decisivo em defesa, antes e depois da guerra contra o Irã, continua sendo Washington. O pacto é diversificação parcial, não substituição da garantia americana.

O CÁLCULO EGÍPCIO: O CUSTO DE ASSINAR VERSUS O CUSTO DE CUMPRIR

A recusa egípcia pode ser lida como uma operação de não comprometimento, conceito caro à teoria das alianças. Assinar o MJDA teria custo político imediato, em Israel, em Atenas, em Nicósia, em Nova Délhi e em Abu Dhabi, e benefício estratégico incerto, dado que o próprio texto deixa as obrigações indefinidas no papel. Não assinar preserva a liberdade de manobra, mantém a porta aberta e converte a ausência em poder de barganha.

O Egito não virou as costas à segurança do Golfo.

O Egito não virou as costas à segurança do Golfo. Autoridades egípcias participaram de sessões bilaterais com o Catar sobre ideias preliminares de como o Cairo poderia contribuir com o futuro regime de segurança regional (MADA MASR, 2026). A distinção egípcia é precisa: cooperação sim, aliança vinculante não. O Egito já aderiu à coalizão marítima do Mar Vermelho, liderada pela Arábia Saudita, porque entende que ela é sobre compartilhamento de informações e consulta, e porque o Egito tem preocupações concretas naquela rota (MADA MASR, 2026). O MJDA, por outro lado, é percebido como essencialmente um alinhamento político, e é exatamente disso que o Cairo quer distância (MADA MASR, 2026).

A ESTRATÉGIA EGÍPCIA: COOPERAR SEM SE VINCULAR		
Custo de assinar o MJDA versus custo de manter cooperação seletiva		
CRITÉRIO	ADERIR AO MJDA	COOPERAÇÃO SELETIVA
Liberdade de manobra	– Reduzida por compromisso formal	✓ Preservada em todas as frentes
Relação com Israel	– Leitura de adesão a eixo antagônico	✓ Canal diplomático intacto
Mediterrâneo Oriental	– Atrito com Grécia e Chipre	✓ Parcerias energéticas mantidas
Golfo e Índia	– Risco com Abu Dhabi e Nova Délhi	✓ Equilíbrio entre todos os polos
Mar Vermelho	– Ganho marginal sobre o que já existe	✓ Coalisção marítima já atende ao interesse
Risco militar futuro	– Exposição a conflito não escolhido	✓ Compromisso sem obrigação de combate
DECISÃO DO CAIRO: COOPERAÇÃO SIM, ALIANÇA VINCULANTE NÃO.		

Comparados critério por critério, os custos de assinar superam os ganhos esperados. A cooperação seletiva atende aos interesses egípcios sem impor obrigações militares indefinidas.

Há, ainda, a dimensão doméstica e institucional: o ex-funcionário egípcio foi categórico, “o Egito não vai se juntar a uma coalizão militar liderada pela Arábia Saudita” (MADA MASR, 2026, tradução nossa). Uma coalizão de defesa sob liderança saudita implicaria aceitar hierarquia em um domínio que o Egito sempre tratou como soberano e autônomo.

O QUE A AUSÊNCIA EGÍPCIA REVELA SOBRE A ORDEM REGIONAL

A cadeira vazia de Meca é, ela mesma, uma medida da fragilidade institucional do pacto (MEPEI, 2026).

Um Estado com todo o interesse declarado na segurança do Golfo e do Mar Vermelho, e assento nas conversas quadrilaterais anteriores, escolheu não assinar um documento cujas obrigações custam tão pouco no papel que os três signatários puderam se comprometer em meses (MEPEI, 2026). A hesitação do Cairo sugere que ele está precificando um futuro em que a cláusula é testada e a vagueza deixa de ser um ativo (MEPEI, 2026). Os três signatários, por ora, decidiram não fazer esse cálculo.

A recusa também ilumina a reconfiguração de blocos. O Egito não quer escolher entre o bloco emergente formado por Turquia, Arábia Saudita e Paquistão, de um lado, e o arranjo que envolve Israel, Emirados e Índia, de outro (SOYLU, 2026). Em um Oriente Médio em que as linhas de falha se multiplicam, o não alinhamento se tornou, para o Cairo, uma posição estratégica em si mesma.



Entre o eixo formalizado em Meca e o arranjo concorrente, o Egito mantém canais com ambos os lados. Ao fundo, a garantia americana permanece decisiva sem integrar nenhum bloco.

A durabilidade do MJDA, por fim, não depende do texto do tratado, mas de variáveis externas: como termina a guerra contra o Irã e se os Estados Unidos respondem a esse *hedge* apertando seus próprios compromissos no Golfo ou tratando o pacto como evidência de que podem recuar (MEPEI, 2026). Teerã, por sua vez, já reagiu com desdém, com um membro do comitê de segurança nacional do parlamento iraniano descartando o pacto como um acordo de papel que não fará mais pela segurança saudita do que décadas de dependência de Washington (MEPEI, 2026).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse geopolítico da Turquia no Acordo de Meca é, em essência, o projeto de transformar a posição geográfica e civilizacional turca em poder estrutural.

O Egito recusou formalmente um pacto que ajudou a negociar, e essa recusa é a declaração mais eloquente da cúpula de Meca. Mas a fotografia de Meca tem dois protagonistas: o ausente que calcula e o signatário que avança. Se o Cairo transformou a recusa em instrumento de autonomia, Ancara transformou a assinatura em alavanca de projeção regional, e é nesse contraste que se lê a nova dinâmica do Oriente Médio.

O interesse geopolítico da Turquia no Acordo de Meca é, em essência, o projeto de transformar a posição geográfica e civilizacional turca em poder estrutural. Ao ancorar o pacto ao seu arco de aliados, que já incluía Catar, Síria e Líbia, e ao adicionar o peso econômico saudita e o vértice nuclear paquistanês, Ancara montou, em um só movimento, três peças que há anos persegue separadamente: dissuasão crível diante de Israel, plataforma comercial para a indústria de defesa e credencial de potência ordenadora na arquitetura de segurança islâmica. Erdogan não escondeu o projeto: o pacto foi desenhado para crescer, e o Egito é a próxima peça declarada no tabuleiro.

A recusa egípcia, vista sob esse prisma, deixa de ser apenas defesa de autonomia e se torna também uma mensagem a Ancara. O Cairo aceita cooperação pontual com a Turquia, inclusive na mediação da crise com o Irã, mas recusa-se a entrar em uma ordem regional desenhada em torno do eixo turco-paquistanês, com a chancela saudita. A ausência egípcia não enfraquece o pacto no papel, mas o priva do ativo que mais interessaria a Ancara: a legitimação árabe clássica, a do Estado que sediou a Liga Árabe e assinou Camp David, como certificadora da nova arquitetura.

O MJDA responde a uma pergunta sobre intenção, que os três signatários, cada um a seu modo, querem mais opções, sem responder à pergunta mais difícil: o que qualquer um deles, Egito incluído, faria se a cláusula fosse testada (MEPEI, 2026). O Cairo, ao ficar de fora, escolheu não responder essa pergunta por antecipação. Ancara, ao assinar, escolheu antecipá-la para si e para os outros. Na política regional, há poder em assinar e há poder em recusar, e Meca, em agosto de 2026, demonstrou que Egito e Turquia dominam formas distintas, e igualmente sofisticadas, dessa moeda. A porta de Meca continua aberta, a retórica turca garante isso, mas o Cairo já deixou claro o preço da entrada: nada que amarre suas mãos.

REFERÊNCIAS

OSGOOD, Brian. *What could the Mecca defence pact mean for the US role in the Middle East?* Al Jazeera, 8 de agosto de 2026. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2026/8/8/what-could-the-mecca-defence-pact-mean-for-the-us-role-in-the-middle-east>.

ATLANTIC COUNCIL. *Why Saudi Arabia, Pakistan, and Turkey just signed a defense pact.* Atlantic Council, 7 de agosto de 2026. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/dispatches/why-saudi-arabia-pakistan-and-turkey-just-signed-a-defense-pact/>.

DAILY SABAH. *Defense pact targets no country, open to regional partners: Erdoğan.* Daily Sabah, 7 de agosto de 2026. Disponível em: <https://www.dailysabah.com/politics/diplomacy/defense-pact-targets-no-country-open-to-regional-partners-erdogan>.

SALAH, Ehsan e DAWOUD, Najih. *Why Cairo didn't turn up for the Quad defense pact party.* Mada Masr, 9 de agosto de 2026. Disponível em: <https://www.madamasr.com/en/2026/08/09/feature/politics/why-cairo-didnt-turn-up-for-the-quad-defense-pact-party/>.

MOHEE, Ahmad. *The Mecca Joint Defense Agreement and the limits of Gulf strategic autonomy.* Middle East Political and Economic Institute (MEPEI), 8 de agosto de 2026. Disponível em: <https://mepei.com/the-mecca-joint-defense-agreement-and-the-limits-of-gulf-strategic-autonomy/>.

SOYLU, Ragip. *Why Egypt held back from joining Turkey, Saudi Arabia and Pakistan's defence pact.* Middle East Eye, 10 de agosto de 2026. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/why-egypt-did-not-immediately-join-turkey-saudi-arabia-pakistan-pact>.

HUBBARD, Ben. *Saudi Arabia, Turkey and Pakistan sign joint defense pact.* The New York Times, 7 de agosto de 2026. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2026/08/07/world/middleeast/saudi-turkey-pakistan-joint-defense-pact.html>.

TÜRKİYE TODAY. *Cairo avoided Mecca agreement over Saudi-led bloc concerns: Egyptian media.* Türkiye Today, 10 de agosto de 2026. Disponível em: <https://www.turkiyetoday.com/region/cairo-avoided-mecca-agreement-over-saudi-led-bloc-concerns-egyptian-media-3225801>.

***Marco Antonio de Freitas Coutinho** é coronel da reserva do Exército Brasileiro, bacharel em Ciências Militares pela AMAN, mestre em Operações Militares pela EsAO e em Ciências Militares pela ECEME. Coutinho é pós-graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Mestre em Ciência Política Internacional pela Fundação Universitária Iberoamericana (Espanha). É coautor do livro “Guerra Russo-Ucraniana: O Conflito que Redesenhou a Geopolítica Mundial”. Pode ser contatado pelo e-mail: marccoutinho@hotmail.com. Acompanhe seu trabalho pelo Substack: <https://substack.com/@marccoutinho>.
